

Precário o serviço de saúde em Brasília

ANA MÁRCIA SERAPHIM
Da sucursal de Brasília

Doentes atendidos tardia e precariamente, ou amontoados em cubículos sem ventilação, internados em cadeiras, bancos de madeira ou de lavatórios e até mesmo deixados no próprio chão sem a menor assistência especializada. Esta a situação a que está sujeita a população de Brasília que necessita de atendimento de urgência nos estabelecimentos da Fundação Hospitalar do Distrito Federal — praticamente os únicos existentes na Capital Federal —, e que, por falta de opção, após a implantação do novo sistema de saúde local, está sendo obrigada a enfrentar graves problemas e colocar em risco a própria sobrevivência se necessitar de socorros urgentes.

A denúncia formal partiu do Conselho Regional de Medicina, que em detalhado ofício encaminhado às principais autoridades do governo federal, do DF e do Congresso Nacional, analisando as condições de trabalho dos médicos e do atendimento prestado à população, conclui que “a precária situação dos serviços de emergência da FHDF não está permitindo o desempenho ético da atividade médica, além de propiciar, em consequência, a elevação dos erros médicos, o desrespeito aos direitos humanos e a baixa qualidade da assistência oferecida”.

No ofício, endossado pelo sindicato local dos médicos, o novo presidente do CRM/DF, Francisco Alvaro Barbosa Costa — empossado no final de setembro —, contesta e responsabiliza por essa situação a própria filosofia do sistema de Saúde do DF, implantado segundo ele “de forma autoritária e centralizadora”, porém visto pela cúpula do governo como a grande realização do ex-secretário de Saúde e atual secretário-geral do Ministério da Previdência e Assistência Social, Jofran Frejat. As duas entidades de classe propõem a revisão urgente desse sistema, a reativação dos ambulatórios nos hospitais da FHDF e o retorno às reais finalidades a que se devem destinar os centros de saúde.

Segundo Francisco Costa já existe até mesmo processo ético analisando o atendimento do pronto-socorro do Hospital de Base — o maior e mais importante do DF —, responsabilizando o diretor, porque entende o CRM que neste caso o delito é da instituição, que não oferece as menores condições para o médico exercer sua profissão, provocando os erros tão denunciados pela população. Ele lembra, contudo, que as reivindicações da classe encaminhadas por seu sindicato, após assembleias gerais, “têm sido sistematicamente rejeitadas e, embora algumas tenham saído vitoriosas na Justiça, a

Fundação Hospitalar não as colocou em prática”.

“Queremos desmistificar a imagem que se criou em torno desse sistema e do atendimento nos centros de saúde”, alertou o presidente do CRM, ao sustentar que esses problemas não surgiram agora, existem há muito tempo —, mas se agravaram com a implantação do novo sistema, carência da equipe de saúde, baixos salários, falta de equipamentos e de material e, principalmente, ausência total de diálogo com o ex-secretário de Saúde com quem os médicos asseguram que nunca conseguiram sequer marcar uma audiência.

Destacou o CRM que as questões de Saúde “estão intimamente ligadas às questões democráticas”, apontando como o grande mal das autoridades do setor “conceber nos restritos âmbitos dos gabinetes e impor a população seus modelos de Saúde, levando-os, assim, a pecar por erro de concepção”. No caso específico do sistema de Saúde do DF, o Conselho de Medicina faz contundentes críticas a seu idealizador, denunciando-o de “forçar um atendimento fictício nos postos, proporcionado pela demanda reprimida das cidades satélites — e com isso superlotando o pronto-socorro do HBB —, só para justificar o financiamento para a construção dos centros e a efetivação do seu plano”.

Sustenta ainda, o CRM, que “Frejat precisava arranjar clientela para seus postos, mas o custo dos centros de saúde em razão de sua concepção e de suas distorções, é francamente desproporcional ao benefício por eles gerados”. “O que conhecemos entre nós — enfatiza o documento — é um serviço funcionando como um ambulatório à distância dos hospitais, agravado pela falta de apoio de serviços complementares de diagnóstico e tratamento, o conceito de hierarquização tão propalado parece não ter sido ainda assimilado e a prática de integração totalmente desconhecida.”

O Conselho Regional de Medicina sustenta, ainda, que devido a essas distorções os pacientes com doenças crônicas são encaminhados aos centros — onde nem sequer existem equipamentos adequados — os aparelhos de Raio-X estão quebrados, e mesmo no hospital de base quem precisar de uma radiografia contrastada, como de estômago, terá de esperar o próximo ano. De acordo com o documento, “a sobrecarga de pacientes em determinados horários retarda o atendimento em até três horas ou mais, fazendo com que casos de real gravidade piores, gerando risco de vida para o paciente, tumulto e agressões a médicos e outros profissionais, que se tornam cada dia mais frequentes nos hospitais da FHDF”.